



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO Nº 10/2023**

**CONTRATO TRE-RO N. 10/2023/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. [0000692-34.2023.6.22.8000](#)**

**CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO - Serviços.**

**CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA GUIOMAR APARECIDA LEITE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRANJOS FLORAIS, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS DO TRE-RO.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF \*\*\*.106.849-\*\*, nomeada pela Portaria n. 01, de 03 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 8 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional n. 260468.

**CONTRATADA:** Empresa **GUIOMAR APARECIDA LEITE**, inscrita no CNPJ sob o n. 21.184.573/0001-92, com sede na Mozart, n. 4948, Igarapé, CEP 76.824-254, Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 99249-9942, E-mail(s): [guiomar.a.leite@hotmail.com](mailto:guiomar.a.leite@hotmail.com), neste ato representada por **GUIOMAR APARECIDA LEITE**, brasileira, portadora do RG n. \*\*\*.937/SSP/RO e CPF sob o n. \*\*\*.220.662-\*\*.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - NLLC), Resolução TSE 23.702/2022 (Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral), Instrução Normativa TRE-RO 9/2022 (Aplicação das regras e procedimentos da NLLC às contratações diretas) e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil) e Lei 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais), assim como as decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e demais legislações aplicáveis.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II, da Lei n. 14.133/2021.

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA:** Despacho n. 606/2023 - PRES/DG/GABDG, de 30/05/2023 (evento [1015725](#)).

### **DO OBJETO**

**(Art. 92, I e II, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A presente contratação tem por objeto a prestação de serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento das necessidades do Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em eventos institucionais, incluindo homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos, conforme descrição e quantidades estimadas constantes no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Especificação
01	Arranjo Baixo	10	Arranjo baixo, Medindo 100 cm de comprimento x 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.
02	Arranjo sobre colunas	20	Arranjo sobre colunas, apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou do plenário do tribunal, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, hortênsias, helicônias, aster, gérberas, dalias e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03	Arranjo fúnebre	4	Arranjo fúnebre, composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com mensagem.  Obs.: os arranjos fúnebres devem ser fornecidos fora do horário de expediente
04	Arranjo pequeno	10	Arranjo pequeno, para disposição em mesas auxiliares de serviço, medindo 30 cmx 30cm, composto por folhagens, rosas, açucena, aster, cravos, margaridas e solidáguas.

**Subcláusula Primeira** – A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do Contrato.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade definidos para esta contratação, conforme detalhado no Capítulo 4 do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Terceira** – Vinculam-se a esta contratação, independente de transcrição:

1. O Termo de Referência (TR) respectivo e seus anexos; e
2. A proposta da CONTRATADA (evento [0999431](#)) e o ato de autorização da despesa via dispensa de licitação.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 92, IV, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O regime de execução indireta dos serviços objeto deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

**DO MODELO DE EXECUÇÃO**

**(Art. 92, IV, VII e XVIII, da Lei 14.133/2021)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam neste contrato e no Termo de Referência, vinculado a este instrumento.

**Subcláusula Primeira** – Quanto às condições para a realização do fornecimento de arranjos:

I) Os serviços deverão ser prestados na sede do TRE-RO ou em outro local, previamente informado à CONTRATADA, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO

II) A CONTRATADA deverá fornecer os materiais da ornamentação com antecedência mínima de 03 (três) horas antes da realização do evento.

III) A CONTRATADA deverá observar a qualidade mínima indicada nas fotos anexadas ao evento SEI [1006570](#) - Anexo I do TR.

IV) A Comissão de Cerimonial comunicará à CONTRATADA, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária.

V) O CONTRATANTE deverá recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Cerimonial, no qual explicitará a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

a) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas no TR e na proposta da CONTRATADA;

b) Produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

VI) Prestados os serviços em cada evento, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento

VII) O gestor do contrato terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para realizar a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados, que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes no Termo de Referência.

**Subcláusula Segunda** – Os serviços objeto desta contratação serão prestados na sede do TRE-RO na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, CEP 76.805-901, ou em outro local,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

previamente informado à CONTRATADA, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

**Subcláusula Terceira** – Não houve estabelecimento de Matriz de Risco para a presente contratação.

**DA SUBCONTRATAÇÃO**  
**(Art. 122, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA QUARTA** – É permitida a subcontratação parcial do objeto desta contratação.

**Subcláusula Primeira** – A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**Subcláusula Terceira** – Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**Subcláusula Quarta** – É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na seleção do contratado ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA QUINTA** – Esta contratação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 08/08/2023, na forma do artigo 105, caput, da Lei n. 14.133/2021, sendo que, a princípio, não pode ser prorrogada.

**Subcláusula Única** – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento (art. 111, da Lei n. 14.133/2021).

### **DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**(Art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:** O valor total desta contratação é de **R\$ 20.500,00** (vinte mil e quinhentos reais), conforme resumo a seguir:

Item	Objeto/descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Arranjo baixo, medindo 100 cm de comprimento x 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.	Unidade	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
2	Arranjo sobre colunas, apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou do plenário do tribunal, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, hortênsias, helicônias, aster, gérberas, dalias e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.	Unidade	20	R\$ 550,00	R\$ 11.000,00
3	Arranjo fúnebre, composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m -	Unidade	4	R\$	R\$ 2.500,00



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	acompanha faixa com mensagem.			500,00	
4	Arranjo pequeno, para disposição em mesas auxiliares de serviço, medindo 30 cm x 30cm, composto por folhagens, rosas, açucena, aster, cravos, margaridas e solidáguas.	Unidade	10	R\$ 250,00	R\$ 2
Total estimado desta contratação				R\$ 20.500	

**Subcláusula Primeira** – No valor definido nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo que o Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser realizada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**Subcláusula Segunda – FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será realizado mensalmente, mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços, observando que:

**I** - Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.

**II** - Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe que se tratar de conta corrente ou conta poupança.

**III** - O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

**IV** - Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**V** - Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM** = **I** x **N** x **VP**  
Na qual:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**VI** - A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**VII** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou OBPIX para pagamento.

**Subcláusula Terceira – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto no termo de referência (TR) respectivo.

**I** - Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**II** - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da contratação e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da contratação;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

**IV** - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021, de forma a obter certidão de regularidade da contratada quanto: aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça, observando que:

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas ao pagamento, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**V** - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação e de qualificações exigidas para a contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas;

**VI** - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, na Cotação de Preços, no termo de referência respectivo.

**VII** - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**VIII** - Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa, sendo passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento. Havendo pagamentos pendentes esses serão realizados com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à CONTRATADA. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

**IX** - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou comprove a regularidade exigida.

**X** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**XI** - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**(Art. 92, VIII, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - As despesas com a execução da presente contratação correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso: 1000000000 e Natureza da Despesa: 339030, conforme Nota de Empenho n. 2023NE000285, datada de 01/06/2023 (evento [1018327](#)), a ser reforçada, caso necessário, consoante detalhamento orçamentário a seguir:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>			
<b>Tipo de Orçamento</b>	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			exercício corrente (2023)
<b>Ordinário</b>	Organização, ornamentação e	ADM	R\$ 8.540,00



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	buffet para eventos em geral	EVENTO	
<b>Tipo de Orçamento</b>	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	exercício corrente (2024)
<b>Ordinário</b>	Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral	ADM EVENTO	R\$ 11.960,00
<b>Total por exercício financeiro</b>			

**Sucláusula Única** – Quando for o caso, para os demais exercícios as despesas com a execução correrão à conta dos recursos constantes das propostas orçamentárias do TRE-RO, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

### **DO REAJUSTE**

**(art. 25, §§ 7º e 8º; art. 92, V, §§ 3º e 4º, e art. 135 da Lei n.14.133/21)**

**CLÁUSULA OITAVA** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.

**Subcláusula Primeira** – Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**Subcláusula Segunda** – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

**Subcláusula Terceira** – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

**Subcláusula Quarta** – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**Subcláusula Quinta** – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**Subcláusula Sexta** – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Subcláusula Sétima** – O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

### **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**(Art. 92, XII e XIII e Art. 96 e segs. da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA NONA** – Não haverá exigência de garantia contratual da execução deste objeto.

### **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 117 da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – No TRE-RO, a gestão e a execução desta contratação será realizada pelo (a) titular da Comissão de Cerimonial, e a fiscalização técnica desta contratação será realizada pelo (a) substituto da Comissão de Cerimonial, ou por seus substitutos respectivos, em suas ausências legais.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Cabe à gestão e fiscalização do contrato o recebimento do objeto, o pagamento, o gerenciamento dos acessos e todos os demais atos necessários ao adequado cumprimento dos termos pactuados.

**Subcláusula Segunda** – A comunicação entre a gestão/fiscalização e a contratada dar-se-á por meios oficiais, documentado nos autos.

**Subcláusula Terceira** – Competem aos titulares e substitutos mencionados nesta Cláusula observar as normas impostas pela Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO e suas alterações.

**Subcláusula Quarta** - A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução da contratação não poderão ser invocadas para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**Subcláusula Quinta** – Para solicitações, informações e encaminhamentos de documentos relativos à presente contratação deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes meios de contato: Telefone(s): (69) 3211-2112/2143; e E-mail(s): [cerimonial@tre-ro.jus.br](mailto:cerimonial@tre-ro.jus.br) / [sjgi@tre-ro.jus.br](mailto:sjgi@tre-ro.jus.br).

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;
2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais ou na prestação de serviços;
3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
4. Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da CONTRATADA, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência (TR) e neste de contrato, sendo que o gestor do contrato comunicará à CONTRATADA, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária, emitindo ordem de serviço para o e-mail da CONTRATADA;
6. Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega dos serviços;
7. Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
8. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;
9. Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;
10. Rejeitar a entrega de material ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;
11. Receber os bens ou os serviços, por meio da comissão de cerimonial, verificando-se a conformidade com o estabelecido no Termo de referência e neste contrato, certificando as notas fiscais da prestação dos serviços;
12. Realizar o pagamento dos serviços prestados na forma estabelecida no termo de referência e neste contrato;
13. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.
14. Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do CONTRATANTE.
15. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período (art. 123, Lei n. 14.133/2021).

17. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA.

18. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20. Cumprir as demais obrigações necessárias à execução do objeto deste instrumento contratual.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – São obrigações da CONTRATADA:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial e neste instrumento de contrato;

2. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto desta contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

3. Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;

4. Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
6. Subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato, apenas, com prévia anuência do CONTRATANTE;
7. Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;
8. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
9. Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;
10. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;
11. Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;
12. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
13. Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução de serviços;
14. Informar a relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências deste Regional ou entre outro local a seu critério;
15. Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;
16. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Fornecer os arranjos da ornamentação com antecedência mínima de 03 (três) horas antes da realização do evento, observando a requisição do gestor do contrato;

18. A CONTRATADA deverá utilizar como referencial para a produção dos arranjos florais, os modelos constantes do anexo I do Termo de Referência (evento SEI 1006570) e a requisição do serviço emitida pelo Cerimonial.

19. Não contratar para a execução dos serviços e não admitir em seu quadro societário, empregados e pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, inclusive, de qualquer ocupante de cargos de assessoramento, de membros ou juízes, nos termos do artigo 48, Parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021, do artigo 7º do Decreto n. 7.203/2010 e do art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005.

20. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO, assim como as disposições legais aplicáveis à execução do objeto do contrato.

**DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - O Contratado deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativas, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(art. 92, XIV, Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, a Contratada que:

- I - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Der causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Subcláusula Primeira** – Serão aplicadas à CONTRATADA pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II - **Impedimento de licitar e contratar**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º).

**IV - Multa:** de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Subcláusula Segunda** - Caracteriza a inexecução total desta contratação o não cumprimento dos termos contratuais.

**Subcláusula Terceira** – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n. 14.133/2021).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Quinta** – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

**Subcláusula Sexta** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Sétima** – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pelo contratado, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

**Subcláusula Oitava** - Em caso de multa ou condenação eventualmente aplicadas à CONTRATADA, o valor deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**Subcláusula Nona** - De igual modo, caso o Contratado não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Primeira** - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Décima Segunda** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Terceira** - As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem o adjudicatário ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

**Subcláusula Décima Quarta** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, aplicando-se, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021 e observado ainda o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Subcláusula Décima Quinta** - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133/2021):



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Subcláusula Décima Sexta** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

**Subcláusula Décima Sétima** - O procedimento para aplicação de sanções pelo CONTRATANTE observará o devido processo legal administrativo e, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021.

**Subcláusula Décima Oitava** - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a **obrigatoriedade de análise jurídica prévia** (art. 160 da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Décima Nona** - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Vigésima** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

### **DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 92, XIX, da Lei 14.133/2021)**

**LÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

**Subcláusula Primeira** - A contratação pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, sendo que, nestas hipóteses, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pelo contratado, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**(Arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021)**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, observando o que segue:

**Subcláusula Primeira** - Esta contratação poderá ser alterada unilateralmente pela administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

**Subcláusula Segunda** - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**Subcláusula Terceira** - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contratação.

**Subcláusula Quarta** - Constitui ônus da contratada a apresentação de documentação comprobatória dos fatos alegados ensejadores do eventual reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado, e esse pedido deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

**Subcláusula Quinta** - Registros que não caracterizam alteração da contratação podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

### **DOS CASOS OMISSOS**

**(Art. 92, III, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 e normas e princípios gerais das contratações.

### **DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Art. 94, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - O Contratante providenciará a divulgação do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar de sua assinatura (art. 94, II, Lei n. 14.133/2021) e no seu sítio eletrônico oficial na internet, bem como providenciará a sua publicação, no mesmo prazo, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

**DO FORO**

**(Art. 92, § 1º, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Em cumprimento ao art. 92, § 1º da Lei n. 14.133/2021, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta contratação ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 05 de junho de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>GUIOMAR APARECIDA LEITE</b> Pelo CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 05/06/2023, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUIOMAR APARECIDA LEITE, Usuário Externo**, em 14/06/2023, às 13:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 14/06/2023, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 14/06/2023, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1018354** e o código CRC **03D9CBDE**.

0000692-34.2023.6.22.8000

1018354v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

## **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1/2023 - PRES/DG/CERIMONIAL**

### **1. INTRODUÇÃO**

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 6º, XIII, da Lei n. 14.133/21 elaboramos o presente Termo de Referência (TR) visando a contratação de serviços de ornamentação para eventos institucionais deste tribunal.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

2.1. A contratação tem por objeto o serviço de fornecimento de arranjos florais em atendimento ao cerimonial para os eventos institucionais do tribunal, consistentes em homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos.

#### **2.2. DA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES**

2.2.1 As especificações dos materiais e quantitativos dos serviços a serem prestados encontram-se expressos no quadro abaixo, bem assim, as especificações do objeto quanto à qualidade mínima que deve ser considerada como referência nos modelos de arranjos e o disposto no Anexo I.

Item	Descrição	Qtde	Especificação
01	Arranjo Baixo	10	Arranjo baixo, Medindo 100 cm de comprimento x 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.
02	Arranjo sobre colunas	20	Arranjo sobre colunas, apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou do plenário do tribunal, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, hortênsias, helicônias, aster, gérberas, dalias e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.
03	Arranjo fúnebre	4	Arranjo fúnebre, composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com mensagem.  Obs.: os arranjos fúnebres devem ser fornecidos fora do horário de expediente
04	Arranjo pequeno	10	Arranjo pequeno, para disposição em mesas auxiliares de serviço, medindo 30 cmx 30cm, composto por folhagens, rosas, açucena, aster, cravos, margaridas e solidáguas.

#### **2.3. DO LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DECORRENTES DO FORNECIMENTO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.3.1. Os serviços serão prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ou em outro local, previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

### **2.4. DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO**

#### **2.4.1. Quanto aos arranjos:**

- a) A contratada deverá fornecer os materiais da ornamentação com antecedência mínima de 03 (três) horas antes da realização do evento.
- b) A contratada deverá observar a qualidade mínima indicada nas fotos anexadas ao presente Termo de Referência.
- c) A Comissão de Cerimonial comunicará à contratada, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária.

## **3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

3.1. A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, conforme evento [0903526](#).

### **3.2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.2. 1. A presente contratação visa atender demanda do cerimonial do tribunal, em consonância com as normas de protocolo de cerimonial público, sobretudo para eventos institucionais como solenidade de diplomação, posse de membros da Corte e de dirigentes do tribunal, em conformidade com o que dispõe o art. 45 do Regimento Interno do TRE-RO.

## **4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

4.1. O cultivo de flores e plantas ornamentais no Brasil é uma atividade importante, pois gera empregos e renda em diversos estados brasileiros. As principais espécies cultivadas incluem: crisântemo, rosa, kalanchoe, violeta, begônia, gerbera, ficus e samambaia. As principais regiões produtoras de flores são Norte e Nordeste. Do ponto de vista ambiental, a floricultura apresenta muitas vantagens sobre outras culturas de importância econômica. A utilização de resíduos agroindustriais, como fertilizantes ou substratos; o uso eficiente da água e de nutrientes minerais, através da fertirrigação; e o cultivo em ambiente protegido resulta em menor impacto ambiental. O agronegócio de flores e plantas ornamentais se enquadra no contexto de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desenvolvimento sustentável. Como qualquer prática agrícola, o cultivo de flores e plantas ornamentais causa impacto ambiental; contudo, este pode ser muito menor que o impacto causado por outras culturas de importância econômica. Talvez a principal vantagem deste ramo do Agronegócio seja a possibilidade de reciclagem de resíduos, que podem servir como substratos ou fertilizantes para as plantas. (Fonte: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/617>).

4.2. A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2023 - PRES/GABPRES 0981675 instituiu a aplicação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU neste TRE.

4.2.1. O guia é uma publicação conjunta da Advocacia Geral da União e Controladoria-Geral da União e está na 5ª edição de 2022. A cartilha é orientativa e vastamente adotada pela Administração Pública brasileira como referência para as exigências de sustentabilidade nas contratações públicas, inclusive por recomendação do Tribunal de Contas da União.

4.2.2. De acordo com o GUIA são procedimentos para a contratação sustentável:

**1º PASSO: NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE REUSO/REDIMENSIONAMENTO OU AQUISIÇÃO PELO PROCESSO DE DESFAZIMENTO:**

De acordo com a justificativa apresentada nestes autos, a aquisição de flores para ornamentação será para atender demandas de ornamentação dos eventos institucionais, e por se tratar de produtos perecíveis, não se verifica a possibilidade de recebimento de flores de outros órgãos por meio de desfazimento para reutilização e reaproveitamento em nossos eventos institucionais. Verificamos que não há legislação específica para o manejo de floricultura pelos estabelecimentos que comercializam o serviço.

**2º PASSO: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM PARÂMETROS DE SUSTENTABILIDADE:**

4.2.3. Ao consultar a lista as atividades que necessitam de licenciamento ambiental no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, não encontramos as atividades de venda de flores. Verificamos que não há legislação específica para o manejo de floricultura pelos estabelecimentos que comercializam o serviço.

**4.2.4. Em razão disso, a presente contratação adotará como práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto do contrato a exigência de que as flores utilizadas nos eventos institucionais sejam reaproveitadas na ornamentação das áreas comuns do Tribunal, e após o uso, com a**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**perda do seu viço, as plantas terão destinação ambientalmente adequada com o seu reuso nos programas da jardinagem e produção de adubos e substratos promovidos pela ASESUA.**

**3º PASSO: ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ENTRE OS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS DA ISONOMIA, DA VANTAJOSIDADE E DA SUSTENTABILIDADE:**

Nesta contratação será considerado o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: sustentabilidade, economicidade e competitividade.

A gestão não se descuidará da competitividade e economicidade, e da redução de impacto ambiental.

Quanto ao equilíbrio entre a competitividade e a redução do impacto ambiental, de maneira geral é reconhecido que, caso existam três fornecedores diferentes, a competitividade estará preservada.

**4º PASSO: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, BEM COMO GESTÃO DE RESÍDUOS;**

É fundamental que o gestor não descuide da sustentabilidade na execução deste contrato do início ao fim.

Nessa linha, desde o planejamento da contratação, deve-se dar preferência a critérios de sustentabilidade que sejam mais facilmente verificáveis, ou seja, passíveis de comprovar o seu cumprimento. Um dos principais meios para essa comprovação é a fiscalização contratual.

4.3 Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia 2021-2026, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ n. 400/2021, e aprovado por meio da PORTARIA Nº 129/2023 - PRES/GABPRES.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

Evidenciar as ações e boas práticas voltadas à sustentabilidade;

Promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como parâmetro para as boas práticas de gestão.

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) APLICÁVEL A ESTA CONTRATAÇÃO:**

ODS 12 - Consumo e produção sustentáveis: Aquisições sustentáveis e o descarte consciente de materiais tem sido tema presente nos Planos de Logísticas deste TRE. As campanhas de conscientização alcançam o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

envolvimento de servidores ao consumo consciente, também, em sua vida privada.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Prazos e Condições:**

5.1.1. Será formalizado contrato na forma do art. 95, caput, da Lei n. 14.333/21, observando-se as regras existentes no TR;

5.1.2. As condições de habilitação exigidas na Cotação de Preços serão verificadas de ofício, por meio de certidão on-line, em especial quanto à regularidade perante a Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho;

5.1.3. Para efetivar a contratação a contratada vencedora da melhor proposta será convocada pela Seção de Contratos, por meio de mensagem eletrônica (e-mail) para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

5.1.4. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a empresa será convocada por meio de mensagem eletrônica (e-mail) para assinatura da Carta Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento do email da Seção de Contratos;

5.1.5. Após a assinatura, a contratada deverá providenciar a prestação dos serviços contratados, dentro dos prazos fixados neste Termo de Referência e ordens de serviço emitidas pelo gestor do contrato;

5.1.6. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os proponentes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo;

5.1.7. Os serviços deverão ser prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ou em outro local, previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

5.1.8. A contratada deverá fornecer os materiais da ornamentação com antecedência mínima de 03 (três) horas antes da realização do evento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.1.9. A contratada deverá observar a qualidade mínima indicada nas fotos anexadas ao presente Termo de Referência.

5.1.10. A Comissão de Cerimonial comunicará à contratada, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária.

**5.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:**

5.2.1 Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;

5.2.2 Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais ou na prestação de serviços;

5.2.3 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

5.2.4 Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais;

5.2.5 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência (TR) e no instrumento de contrato. O gestor do contrato comunicará à contratada, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária, emitindo ordem de serviço para o email da empresa;

5.2.6 Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega dos serviços;

5.2.7 Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

5.2.8 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

5.2.9 Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2.10 Rejeitar a entrega de material ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

5.2.11 Receber os bens ou os serviços, por meio da comissão de cerimonial, verificando-se a conformidade com o estabelecido neste Termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da prestação dos serviços;

5.2.12 Realizar o pagamento dos bens entregues ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste TR e no contrato;

5.2.12.1 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços;

5.2.12.2 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória;

5.2.12.3 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança;

5.2.12.4 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code;

5.2.12.5 Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sites oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2.12.6 Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços;

5.2.12.7 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{EM}{Na} = \frac{I}{365} \times N \times \frac{VP}{100}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$\frac{I}{365} = \frac{(TX)}{365} \quad \frac{I}{365} = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

5.2.12.8 A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

5.2.9 Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **5.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:**

5.3.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial e no instrumento de contrato;

5.3.2 Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

5.3.3 Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

5.3.4 Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

5.3.5 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

5.3.6 Apenas subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

5.3.7 Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;

5.3.8 Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5.3.9 Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

5.3.10 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;

5.3.11 Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;

5.3.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.3.13 Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução de serviços;

5.3.14 Informar a relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências deste Regional ou entre outro local a seu critério;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.3.15 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

5.3.16 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;

5.3.17 Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato;

5.3.18 Fornecer os arranjos da ornamentação com antecedência mínima de 03 (três) horas antes da realização do evento, observando a requisição do gestor do contrato;

5.3.19 A contrata deverá utilizar como referencial para a produção dos arranjos florais, os modelos constantes do anexo I e a requisição do serviço emitida pelo Cerimonial.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

<b>Integrante</b>	<b>Titular</b>	<b>Substituto</b>	<b>Unidade</b>
Áurea Saldanha Aragão Cristina Oliveira	COMISSÃO DE CERIMONIAL	Gestor - Solicitante	SJGI
Rudma Rosa Oliveira Costa	COMISSÃO DE CERIMONIAL	Fiscal Administrativo	COMAP

6.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:

6.2.1 O gestor do contrato ficará responsável por:

6.2.1.2 Encaminhar alterações contratuais;

6.2.1.3 Controlar prazos e indicadores contratuais;

6.2.1.4 Atestar notas fiscais;

6.2.1.5 Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;

6.2.1.6 Realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;

6.2.1.7 Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.2.2 O Fiscal Administrativo do contrato ficará responsável por:

6.2.2.1 Participar da reunião inicial;

6.2.2.2 Conferir cumprimento de prazos contratuais;

6.2.2.3 Conferir o atendimento dos níveis de serviços contratados;

6.2.2.4 Conferir documentação exigida no contrato;

6.2.2.5 Verificar a conformidade do faturamento do objeto contratado;

6.2.2.6 Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

6.3. Mecanismos Formais de Comunicação

6.3.1 Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada, do gestor e fiscal do contrato, para ajustes relacionados à prestação dos serviços.

6.3.2 O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail e telefonemas diretamente com o proprietário do estabelecimento que apresentou o melhor preço para a contratação, conforme detalhamento a seguir:

<b>Assunto</b>	<b>E-mail</b>
Envio de notas fiscais relacionadas a requisições do gestor do contrato	sjgi@tre-ro.jus.br
Informações técnicas	cerimonial@tre-ro.jus.br

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1 Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos no TR e instrumento de contrato.

7.2 Efetuar o recebimento definitivo dos serviços entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste TR e requisições feitas pelo Cerimonial.

7.4 Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Cerimonial, no qual explicitará a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste TR e na proposta da contratada;

b) Produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

7.5. Quando da realização de cada evento, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal após a execução do serviço, com relação ao qual o gestor do contrato emitirá o Termo de Recebimento.

7.6. O gestor do contrato terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para realizar a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados, que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

8.1. Poderá haver alteração unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei 14.133/21.

8.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.

8.3. A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, na forma do artigo 105, *caput*, da Lei n. 14.133/2021, e pode vir a ser prorrogado, nos termos do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021.

8.4. Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

8.5. Quanto ao prazo de execução, a CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços a contar do início da vigência contratual, sendo este marco temporal adotado como data-base para fins de apuração do período de 12 (meses) de efetiva disponibilização dos serviços ora contratada.

8.6. Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

8.7. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

8.8. Não haverá exigência de garantia contratual da execução deste objeto

### **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 20.500 (vinte mil e quinhentos reais).

9.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, evento 0999595.

9.3. A proposta vencedora foi a apresentada pela empresa Guiomar Aparecida Leite CNPJ 21.184573/0001-92, 0999431, Rua Mozart, 4948, bairro Igarapé.

### **10. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA**

10.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>			
<b>Tipo de Orçamento</b>	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			exercício corrente (2023)
<b>Ordinário</b>	Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral	ADM EVENTO	R\$ 8.540,00
<b>Tipo de Orçamento</b>	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	exercício corrente (2024)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Ordinário</b>	Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral	ADM EVENTO	R\$ 11.960,00
<b>Total por exercício financeiro</b>			R\$ 20.500,00

**11. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR****FORMA DE SELEÇÃO**

Dispensa de Licitação:

☐ por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica;☒ Não utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica. JUSTIFICAR:

A contratação será processada por dispensa de licitação, art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com os fornecedores especializados no ramo do produto, fomentando-se a economia local e a manutenção do emprego no comércio de Porto Velho.

Os preços foram pesquisados no comércio local conforme preceitua o art. 3, I, art. 21, VI, da Resolução CNJ 400/2021 que determina aos órgãos do Poder Judiciário o fomento à produção e comércio locais e redução na emissão de gases de efeito estufa que os transportes de longa distância ocasionam.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**☒ Menor preço global☐ Menor preço por item☐ Maior desconto☐ Outro:**12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. Para participação e habilitação da participante exigir-se-á prova de regularidade fiscal junto à Receita Federal do Brasil, seguridade social e FGTS e prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.1.2 De forma complementar, a Administração Contratante poderá efetuar consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas), CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e TCU (Cadastro de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal), além de outras fontes.

12.1.3. Por celeridade, esta Administração efetuou a consulta da regularidade fiscal nos respectivos sites oficiais da Internet, conforme consta no evento 0999586.

12.1.4 A futura contratada obriga-se a manter as condições de habilitação durante todo o contrato.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor:

a) será dispensada conforme art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021.

## **13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS**

13.1. SANÇÕES: Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

13.1.1 Advertência: pelo cometimento da infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.1.2 Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.3 Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

13.1.4 Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

## **ANEXO I**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**MODELOS DE ARRANJOS FLORAIS EVENTO**

Evento 1006570.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 19/05/2023, às 18:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1012503** e o código CRC **A4D7AA1C**.

0000692-34.2023.6.22.8000

1012503v2



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**PROCESSO: 0000692-34.2023.6.22.8000.**

**INTERESSADO: Cerimonial.**

**ASSUNTO: Dispensa - Contratação de Serviço de fornecimento de arranjos florais em atendimento ao cerimonial - Análise.**

**PARECER JURÍDICO Nº 111 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo que visa à contratação de serviço de fornecimento de arranjos florais em atendimento ao cerimonial para os eventos institucionais do tribunal, consistentes em homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos, de acordo com o Documento de Formalização da Demanda ([0997332](#));

**02.** Registra-se que o pedido da compra foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n.9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

**03.** Por meio do Despacho n. 763/2023 ([0997607](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo ao **Cerimonial** para elaboração do do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

**04.** Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Estudo Técnico Preliminar ([0999591](#));

II - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([0999595](#));

III - Termo de Referência n. 1/2023-Cerimonial ([1012503](#)), que reproduz as as regras da contratação direta, com dispensa de licitação.

**05.** Por meio do Despacho n. 1003/2023 ([1009135](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à **SAC** para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à **SECONT** para elaboração de minuta de instrumento contratual, à **COFC** para programação orçamentária, e a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

**06.** A SAC registrou a regularidade dos documentos da fase de planejamento, nos seguintes termos ([1012949](#)):

3 - Da análise acima exposta, conclui-se que o **TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 1/2023 - PRES/DG/CERIMONIAL** ([1012503](#)) - complementado pela Informação Conclusiva ([0999595](#)) e demais elementos contidos no processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos arts. 72 e 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 26, inciso IV, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação, pelo critério de menor preço global.

**07.** A programação orçamentária da despesa para o exercício de 2023 foi juntada no evento ([1010183](#)), documento que também registra que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**08.** Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica. **É o necessário relato.**

### **II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**09.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0000692-34.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**10.** Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

**Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

**11.** O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação.**

**12.** De acordo com o **art. 18 da Lei n. 14.133/2021**, a **fase preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

**13.** Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor. Para hipóteses como tais a **Lei n. 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

**Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - autorização da autoridade competente.

**14.** Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO n.9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

### **CAPÍTULO II**

#### **PLANEJAMENTO**

**Art. 3º** O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

**I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;**

**II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;**

**III - Estudo Técnico Preliminar;**

**IV - Mapa de Riscos;**

**V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;**

**VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;**

**VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.**

**§ 1º** O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

**§ 2º** A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.

**§ 3º** A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é **facultativa**, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

**§ 4º** A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

**§ 5º** A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.

**15.** Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

### **I - Poderão ser dispensados de forma justificada:**

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

### **II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:**

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) ) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

### **3.1.2 Análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD (Solicitação de Contratação):**

**16.** O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO n. 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pelo Cerimonial para o registro de sua demanda ([0997332](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante.

**17.** Também afastou o processamento da contratação por meio de dispensa eletrônica, prevista nos **arts. 28 e segs da IN TRE-RO n. 9/2022**, sob o argumento de que a contratação será feita por meio de dispensa em razão do valor, com o encaminhamento de cotação de preços para empresas do mercado local.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**18.** Nesses termos, esta Assessoria conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

### **3.1.3 Análise do Estudo Técnico Preliminar:**

**19.** O Estudo Técnico Preliminar está disciplinado pelos **arts. 08 e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo III, documento utilizado pelo Cerimonial para iniciara inserção das regras da contratação pretendida ([0999591](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no ETP todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

I - O objeto a ser contratado - Capítulo 2;

II - Descrição da necessidade da Contratação Capítulo 3;

III - Alinhamento com o planejamento estratégico do Tribunal - Capítulo 4;

IV - Informações sobre contratações: Capítulo 6;

V - Previsão no plano de contratações anual: Capítulo 5;

VI - Requisitos da Contratação: Capítulo 7; Observa-se que a unidade demandante exigiu a prestação dos serviços na circunscrição do município de Porto Velho e que os arranjos deverão estar montados com antecedência mínima de 3h do início das solenidades.

**20.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do ETP n. 8/2023-Cerimonial ([0999591](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

### **3.1.4 Análise da Estimativa da Despesa:**

**21.** Verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais e último valor contratado pelo órgão, procedimentos idôneos para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) **a razão da escolha do fornecedor**; e b) **a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021)**. Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

**22. Quanto à justificativa do preço**, neste Tribunal a estimativa da despesa está disciplinada pelo **art. 9º e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022**, que utiliza, por meio de seu Anexo V, um documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela **Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021**. para a aferição do valor estimado da compra e prestou as informações exigidas pelo referido formulário. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento ([0999595](#)) e demonstra a metodologia utilizada para estimativa de preços. Importante ainda destacar a justificativa trazida pela unidade para o afastamento dos parâmetros de preços definidos pela IN SEGES/ME n. 65/2021. Veja-se:

### **II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:**

( ) Sim

( X ) Não (JUSTIFICAR): Considerando tratar-se de contratação direta, não apenas estimativa de preços para processo licitatório, não foi utilizado o Painel de Preços e nem consultas de preços de contratações similares de outros entes públicos, uma vez que a intenção é consultar o mercado local, com vistas à aquisição e uso imediato do produto, e contratações de preços de empresas com sede nesta capital, verificação do material, estímulo à economia e manutenção do emprego no comércio local.

**23.** Por sua vez, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade das 3 (três) cotantes, sagrando-se vencedora a empresa **Guimar Aparecida Leite CNPJ 21.184573/0001-92**, com sede na Rua Mozart, 4948, bairro Igarapé, Porto Velho/RO, no valor total de **R\$ 20.500,00** (Vinte mil e quinhentos reais), por ter cotado o menor preço. Em que pese as Certidões negativas da empresa vencedora terem sido juntadas no evento ([0999586](#)), registra-se que a Certidão de Regularidade do FGTS encontra-se vencida e que não foi possível a emissão do documento atualizado por parte desta Assessoria em virtude de problemas de conexão com o site emissor. Assim, recomenda-se que previamente à emissão do empenho, seja juntada nova certidão de regularidade do FGTS para fins de comprovação das condições mínimas para contratar com a Administração Pública.

**24.** Por tal motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (**justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**) a referida contratação poderá ser enquadrada na situação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, II, da Lei n. 10.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto Federal n. 11.317/22.

**25.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

### **3.1.5 Análise do termo de referência:**

**26.** O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15 e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pelo **Cerimonial** para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1012503](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

I - A previsão no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO - Capítulo 3;

II - A definição do objeto - Capítulo 2;

III - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 4;

IV - Modelo de gestão do contrato: Capítulo 6;

VI - Aderência orçamentária, com indicação da fonte - Capítulo 10;

IV - Forma de seleção do fornecedor: Capítulo 11;

VII - Infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 13.

IX - Fundamentação da Contratação: Capítulo 3.2;

X - O modelo de execução do objeto, Capítulo 5;

**27.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do termo de referência n. 1/2023-Cerimonial ([1012503](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

### **3.1.6 Da análise da minuta do contrato:**

**28.** Os instrumentos contratuais não estão listados entre aqueles que integram a fase de planejamento da contratação, os quais devem



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser submetidos ao controle de legalidade da Assessoria Jurídica na forma do **art. 53 da Lei n. 14.133/2021**. Contudo, o § 4º desse mesmo dispositivo determina que o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará o controle prévio de legalidade** das contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. Por sua vez, o instrumento de contrato - ou seu substitutivo - é imperativo nos casos elencados pela lei. Veja-se:

**Art. 95.** O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

**I - dispensa de licitação em razão de valor;**

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais **não resultem obrigações futuras**, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no [art. 92 desta Lei](#).

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

**29.** Como visto, a NLLC dispensa a celebração de contratos para as situações de dispensa de licitação. No inciso II, também mitiga essa formalidade para compras de entrega imediata e integral dos bens adquiridos que **não resultem obrigações futuras**. Assim, a leitura rasa da letra da Lei levaria à conclusão que os serviços contratados com dispensa de licitação, mesmo com previsão de obrigações futuras, não demandariam instrumento de contrato. Contudo, essa não é a melhor leitura dessa regra no entendimento do renomado Professor administrativista **Marçal Justen Filho**, veja-se:

### **3.2) a inter-relação entre os incisos**

A previsão contemplada no inc. II deve nortear a interpretação também do inc. I. No inc. II alude-se às hipóteses em que a contratação não imponha ao contratado obrigações futuras, inclusive de assistência técnica.

A ausência de adoção de instrumento completo é cabível sempre que as condições contratuais forem singelas, destituídas de complexidade e não envolverem necessidade de explicitação quanto a deveres futuros. (**Marçal Justen Filho - Comentários à lei de licitações e contratos administrativos** - São Paulo, Thomson Reuters, 2021. p. 1252 - destaques no original)

**30.** A jurisprudência do TCU, formatada no regime da Lei n. 8.666/93, como por exemplo nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, consolidou-se no sentido da dispensa de instrumento para todas as contratações que **não resultem**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**obrigações futuras**, exigindo, contrário senso, quando existentes obrigações futuras por parte da contratada. Nesses termos, entende-se como **absolutamente indispensável** a celebração de contrato para regular as relações entre as partes, que se dará ao longo do tempo com obrigações futuras recíprocas. Portanto, verifica-se que a contratação pretendida está sendo dimensionada pelo período de **12 meses**, da última assinatura das partes contratantes, já com possibilidade de prorrogação, nos termos do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021, exigindo, desta forma, o instrumento contratual, nos termos da jurisprudência da Corte de Contas e da legislação em vigor.

**31.** Da análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no evento ([1013462](#)), revela que essa foi adequada às regras disciplinadas pelo novo regime jurídico das contratações instituído pela Lei n. 14.133/2021. Por sua vez, as condições ajustadas decorrem dos demais documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante. Assim, sob o aspecto formal, verifica-se que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

### **3.1.7 Do fracionamento de despesa: Inocorrência**

**32.** Com o intuito de evitar eventuais fracionamento das despesas nas contratações processadas por dispensa de licitação em razão do valor fundamentadas no **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021** - tanto por dispensa tradicional quanto por dispensa eletrônica - o GABSAOFC elabora quadro com os registros dos processos com despesas no exercício de 2023 ([1005625](#) do PSEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#)).

**33.** A aferição de eventual fracionamento tem seus contornos definidos no âmbito deste órgão pelo **§ 2º do art. 29 da instrução Normativa TRE-RO n. 009/2022** ([0917187](#)), norma que instituiu o regime jurídico da Lei n. 14.133/2021 para os procedimentos das contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Tal regulamento, em harmonia com § 1º, Inciso I e II, art. 75, da Lei n. 14.133/2021, prevê de forma expressa:

**Art. 29.** Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo anterior, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade ou na posse do TRE-RO, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

**§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).**

**§ 3º A SAOFC manterá registro em meio digital com os dados dos processos de despesas do exercício corrente, que permitam aferir eventual fracionamento, para consulta de todas as unidades que atuam no processo da contratação ou juntá-los nos respectivos processos.**

§ 4º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 337-E do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (sem destaques no original).

**34. Ocorre que a Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica de que trata a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e institui o **Sistema de Dispensa Eletrônica** no âmbito da Administração Pública Federal - e que foi a base normativa do citado regulamento regional - teve a redação de seu art. 4º e § 2º alteradas pela Instrução Normativa Seges/MGI n.º 8 de 2023, que passou a considerar como "ramo de atividade a linha de fornecimento registrada pelo fornecedor quando do seu cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)".**

**35. De notar-se que a definição de ramo de atividade como uma subclasse do CNAE é um parâmetro objetivo. Definido o objeto basta a consulta ao site do Códigos ou Atividades Econômicas - CNAE, mantido e divulgado pelo IBGE. Já o ramo de atividade tratado no novo "critério" definido pela IN SEGES/MGI n. 8/2023 não permite aferir com precisão esse dado. Isso porque faz menção à *linha de fornecimento registrada no SICAF pelos fornecedores*. Esse dado, ao que parece, é subjetivo, relacionado ao fornecedor. Além disso, não haveria como usá-lo de partida, haja vista que nas compras públicas, sempre precedidas de um certame competitivo, mesmo nas dispensas, não se sabe quem será o fornecedor do objeto, o que impede a consulta à linha de fornecimento do provável fornecedor.**

**36. Acerca da aplicação das instruções normativas do Poder Executivo aos órgãos dos demais poderes, deve-se registrar, de antemão, que suas normas **não são de cunho obrigatório** para esta Administração, integrante do Poder Judiciário, uma vez que ela não faz parte do SISG do Poder Executivo Federal. Nesse sentido, cita-se a segura lição de **Marçal**:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*As contratações de serviços, no âmbito da União, apresentam algumas peculiaridades derivadas da edição de diversas Instruções Normativas. A questão adquiriu novos contornos em vista, especificamente, da IN nº 2, de 30 de abril de 2008 (que sofreu várias alterações), da IN nº 4, de 19 de maio de 2008 e da **IN nº 1, de 19 de janeiro de 2010**, todas editadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*

(...)

*Como é evidente, uma instrução normativa não apresenta eficácia vinculativa similar a uma lei. A instrução normativa veicula normas de nível infralegal e infrarregulamentar. Trata-se de normas jurídicas complementares, destinadas a orientar e padronizar a atividade administrativa.*

(...)

*Outra questão relevante envolve a pretensão contemplada na Instrução Normativa nº 2 (refletindo determinação contida no Dec. nº 1.094 e no próprio Dec. nº 6.081), de vincular todos os órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Ora, uma das características inerentes às autarquias e às fundações reside na sua autonomia, cuja extensão é determinada na lei instituidora. Logo, não cabe ao Presidente da República competência para emitir normas de serviço aplicáveis às autarquias.*

*(...). Esse entendimento não pode ser mantido a partir da vigência da CF/88. Portanto, deve-se reputar que o Dec. 1.094 **aplica-se exclusivamente no âmbito do Poder Executivo Federal propriamente dito**, tal como se passa com a competência instituída pelo Dec. nº 6.081. Por isso, a IN nº 2 não alcança as atividades administrativas desempenhadas por outros Poderes nem aquela desenvolvida no âmbito da Administração autárquica e fundacional. (Marçal Justen Filho - Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15 ed. São Paulo, Dialética, p. 143 e 145) - (sem grifo no original).*

**37.** Na mesma linha da autonomia dos demais entes, cita-se julgado do TCE /MG que se debruçou sobre a expressão "mesma natureza", veja-se:

Segundo o tribunal, “na Lei nº 14.133/2021 considera-se que objetos da mesma natureza são os que pertencem ao ‘mesmo ramo de atividade’. Inexiste definição, todavia, acerca do alcance de tal locução, **de modo que os entes federados, no exercício de sua autonomia administrativa, materializado no princípio federativo, de guarida constitucional, podem estabelecer parâmetro próprio para definição objetiva de ‘ramo de atividade’ para os fins do disposto no art. 75 do mencionado diploma legal**, observados os demais princípios aplicáveis e os respectivos limites do poder regulamentar.

Nesse sentido, **na ausência de regulamentação do conceito de ‘mesmo ramo de atividade’**, para os fins preceituados no art. 75 da Lei n. 14.133/2021, **os entes poderão reproduzir a normatização federal, que estabelece o nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE como parâmetro, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021”**.

Sustentou também que “na Lei nº 14.133/2021, **para fins de avaliação acerca da possibilidade de contratação direta por dispensa em virtude do valor, foram fixados pressupostos de natureza temporal e organizacional, quais sejam, o valor total a ser gasto pela respectiva unidade gestora, com objetos de idêntica natureza, no período de um exercício financeiro, não havendo menção,**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**portanto, aos atuais requisitos de execução conjunta e concomitante e no ‘mesmo local’”.**

Assim, “para a adequada utilização do instituto da dispensa de licitação, as unidades gestoras da Administração **deverão providenciar o planejamento de suas atividades e necessidades, dimensionando as respectivas contratações a serem realizadas no exercício financeiro subsequente, o que compreende, entre outras medidas, a elaboração de estimativas de quantitativos e custos de produtos, serviços e outros suprimentos necessários à manutenção da unidade e à execução de suas atribuições**”. (Grifamos.) (TCE/MG, Consulta nº 1104833, Rel. Cons. Hamilton Coelho, j. em 19.10.2022.)

**38.** Em face do exposto, para a aferição de eventual fracionamento esta unidade jurídica utilizará a atual regulamentação no âmbito deste órgão, definida pelo **§ 2º do art. 29 da Instrução Normativa TRE-RO n. 009/2022 ([0917187](#))**, ao menos enquanto o novo critério inaugurado pela IN SEGES/MGI n. 8/2023 não estiver melhor explicitado pela doutrina especializada, tendo em relevo que o melhor caminho será garantir a objetividade da análise, o que pode ser feita pela consulta à subclasse do CNAE.

**39.** Vencida essa questão, **verifica-se pelo quadro juntado no evento ([1005625](#)) NÃO indica qualquer outra aquisição no exercício corrente dos serviços de Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral - classificação registrada no demonstrativo da fonte orçamentária da despesa, item 10 do TR.**

## **IV – CONCLUSÃO**

**40.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no **art. 72 da Lei n. 14.133/2021** e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:

**a)** pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência-Contratação Direta ([1012503](#)) - também analisado e tido como regular pela SAC ([1012949](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022;

**b)** pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, do produto especificado no objeto do termo de referência citado, diretamente com a **Guiomar Aparecida Leite CNPJ 21.184573/0001-92**, vencedora da cotação de preços, pelo valor total de **R\$ 20.500,00** (Vinte mil e quinhentos reais), que também comprovou as



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condições mínimas para contratar com a Administração Pública, conforme certidões de regularidade juntadas no evento ([0999586](#)), **observando a recomendação constante do item 23.**

c) Registre-se que, conforme já apontado no **item 7 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 e comprovação da sua programação ([1010183](#)).

d) para cumprimento do § 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do contrato ([1013462](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos e regular a relação entre as partes.

**41.** Com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 29/05/2023, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 29/05/2023, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1014063** e o código CRC **2766CB45**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000692-34.2023.6.22.8000

1014063v15



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000692-34.2023.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE CERIMONIAL

ASSUNTO: Dispensa - Contratação de Serviço de fornecimento de arranjos florais em atendimento ao cerimonial.

**DESPACHO Nº 606 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Cerimonial, visando à contratação de serviço de fornecimento de arranjos florais em atendimento ao cerimonial para os eventos institucionais do tribunal, consistentes em homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos ([0997330](#)).

Para instrução dos autos, carrou-se o documento de formalização de demanda ([0997332](#)); a cotação de preços ([0999431](#), [0999482](#), [0999483](#)); o estudo técnico preliminar ([0999591](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado ([0999595](#)) e o termo de referência ([1012503](#)). O valor total estimado para a contratação é de R\$ 20.500 (vinte mil e quinhentos reais), conforme o item 9.1 do TR.

Justifica-se a contratação na necessidade de atender a demanda do cerimonial deste Tribunal, em consonância com as normas de protocolo de cerimonial público, sobretudo para eventos institucionais como solenidade de diplomação, posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal, em conformidade com o que dispõe o art. 45 do Regimento Interno do TRE-RO.

A proposta vencedora foi a apresentada pela empresa Guiomar Aparecida Leite CNPJ 21.184573/0001-92.

Houve a comprovação da regularidade mínima para contratar com a Administração Pública Federal, por meio de Certidão Negativa do CNJ; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Federais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0999586](#)).

A SPOF, em atenção à Remessa n. 421 da COFC ([1010145](#)), realizou a programação orçamentária da despesa pretendida, registrando que essa está adequada e compatível com a LOA, PPA e a LDO ([1010183](#)).

A SAC, após análise do TR, complementado pela Informação Conclusiva ([0999595](#)) e demais elementos contidos no processo, concluiu que aquele encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos arts. 72 e 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 26, inciso IV, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação, pelo critério de menor preço global ([1012949](#)).

A SECONT elaborou a minuta de contrato de evento n. [1013462](#) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do § 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021. Ademais, a AJSAOFC opinou pela regularidade e pela observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade jurídica da contratação por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1014063](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela autorização da despesa de forma direta por dispensa tradicional de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação; pela contratação direta da empresa, por dispensa de licitação; e pela publicação do ato autorizativo de dispensa no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1015284](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

Analisando os autos, verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais e do último valor contratado pelo órgão, procedimento idôneos para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam, a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021).

Quanto à justificativa do preço, a informação conclusiva do valor estimado juntada ao evento n. [0999595](#) demonstra a metodologia utilizada para estimativa de preços. Por sua vez, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade das 3 (três) cotantes, sagrando-se vencedora a empresa Guiomar Aparecida Leite, CNPJ n. 21.184573/0001-92, com sede na Rua Mozart, n. 4948, bairro Igarapé, Porto Velho/RO, no valor total de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais), por ter cotado o menor preço.

Assim, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor), a contratação pretendida poderá ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos).

Com relação ao instrumento contratual, tem-se como indispensável a celebração de contrato para regular a relação entre as partes, a qual se dará ao longo do tempo com obrigações futuras recíprocas. Portanto, verifica-se que a contratação pretendida está dimensionada para o período de 12 (doze) meses, da última assinatura das partes contratantes, já com possibilidade de prorrogação, nos termos do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021, exigindo, desta forma, o instrumento contratual, nos termos da jurisprudência da Corte de Contas e da legislação em vigor.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. [1005625](#), no bojo do PSEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#), não haver indicação de qualquer outra aquisição no exercício corrente dos serviços de organização, ornamentação e buffet para eventos em geral - classificação registrada no demonstrativo da fonte orçamentária da despesa, item 10 do TR.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

I - aprovo o Estudo Técnico Preliminar n. 8/2023 - Cerimonial (0999591) e o Termo de Referência – n. 1/2023 - Cerimonial (1009077), na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso VIII do art. 72 da Lei. n. 14.133/2021;

II - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 0999595, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução n. 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

III - autorizo a despesa de forma direta por dispensa tradicional de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21;

IV - adjudico o objeto à empresa Guiomar Aparecida Leite, inscrita no CNPJ sob o n. 21.184.573/0001-92, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de R\$ 20.500 (vinte mil e quinhentos reais), condicionado à juntada de nova certidão de regularidade do FGTS para fins de comprovação das condições mínimas para contratar com a Administração Pública, considerando o disposto no item 23 do Parecer Jurídico n. 111 da SAOFC (1014063); e

V - determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade das ações, visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 30/05/2023, às 17:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1015725** e o código CRC **ADB1657B**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos